

OBSERVATÓRIO CONE SUL DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

INFORME BRASIL Nº 173

Período: 11/06/05 a 17/06/05

Franca – Brasil

- 1- **Missão no Haiti I:** Minustah completa um ano marcada pelo acirramento dos conflitos no Haiti
- 2- **Missão no Haiti II:** General Heleno pode renunciar ao comando da Minustah
- 3- Manifestações marcam insatisfação dos militares com a situação salarial
- 4- Após 15 anos, Sivam deverá ser concluído
- 5- EUA pressionam G-4 a adiar proposta de ampliação do CS e sugere nova reforma
- 6- **Corrupção nos Correios I:** Militar reformado afirma ter informações comprometedoras contra Jefferson
- 7- **Corrupção nos Correios II:** Depoimento reforça interesse da Abin no caso
- 8- Queda da Lei de Anistia na Argentina suscita discussões sobre o caso brasileiro
- 9- Ministério da Defesa faz acordo para melhora na educação
- 10- Sentinelas terão que depor sobre morte de segundo-tenente

Missão no Haiti I: Minustah completa um ano marcada pelo acirramento dos conflitos no Haiti

Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, a missão de paz das Nações Unidas (Minustah) no Haiti comandada pelo Brasil está completando um ano neste mês envolta em mais uma onda de violência na capital, Porto Príncipe, o que ameaça inviabilizar as eleições gerais marcadas para o segundo semestre. Segundo o jornal, além dos tiroteios constantes, a cidade sofre com uma epidemia de seqüestros. A violência contra as tropas das Nações Unidas também aumentou no primeiro semestre deste ano, quando cinco capacetes azuis foram mortos a tiros. Nos primeiros seis meses da missão, ninguém havia sido morto. Os militares brasileiros têm sido cada vez mais alvo de disparos. O jornal solicitou à Brigada Brasileira, responsável por parte da segurança da região de Porto Príncipe, estatísticas sobre a evolução mensal dos registros de violência, mas foi informada de que os números estão atualmente indisponíveis por causa do processo de troca de contingente. "Posso adiantar que nossos dados estatísticos demonstram melhora sensível na situação na área sob a responsabilidade do batalhão", afirmou o ex-comandante Luciano Puchalski, que até a semana passada coordenava a coleta e análise de informações sobre a violência na área de atuação dos 1.200 soldados brasileiros. O jornal informou também que, acostumados a intervir no Haiti, os Estados Unidos (EUA) têm demonstrado impaciência com a falta de resultados no país. Há uma semana, o jornal *Washington Post* noticiou que a embaixada norte-americana no país havia recomendado ao governo de George W. Bush o envio de *marines* para garantir a segurança nas eleições de outubro e novembro. Em resposta às críticas à missão, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva enviou ao Haiti no dia 11 o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, general Jorge Armando Felix, que levou uma mensagem de apoio ao comandante da Minustah, o general brasileiro Augusto Heleno Pereira. O

general Félix foi encarregado de recolher informações sobre a situação no país caribenho. (Folha de S. Paulo – Mundo – 11/06/05; Folha de S. Paulo – Mundo – 12/06/05; Folha de S. Paulo – Opinião – 14/06/05).

Missão no Haiti II: General Heleno pode renunciar ao comando da Minustah

Segundo a *Folha de S. Paulo*, após um ano e meio no comando da Missão de Paz da Organização das Nações Unidas (ONU) no Haiti, o general brasileiro Augusto Heleno Ribeiro Pereira pediu para ser substituído no cargo, enfatizando que gostaria de ser substituído por outro brasileiro. Diante da solicitação de Heleno, o Brasil indicou um novo comandante, o general Luiz Guilherme Terra Amaral, que estará sujeito à decisão da ONU para ser efetivado. O comando pode ser passado também para um dos outros 11 países que compõe a missão. Entre os prováveis substitutos, segundo a *Folha*, estariam a Argentina e o Chile, que chefia a parte civil da missão. O fato ocorre justamente no momento em que o Brasil pleiteia uma vaga no Conselho de Segurança da ONU, tentando demonstrar diante da missão, segundo especialistas, sua liderança regional. O atual comandante, criticado pelo aumento de violência em Porto Príncipe, capital do Haiti, alegou que o posto exige dedicação integral e não permite dias de descanso. Além disso, ele disse que sente as dificuldades de estar por muito tempo longe da família. Com respaldo do Ministério da Defesa brasileiro, o general, afirma o jornal, tem resistido às pressões para aumentar o uso da violência e apoiado a organização de fundos para melhorar as condições sociais e de infra-estrutura. No dia 14, informou a *Folha*, foi realizada a cerimônia de passagem de comando do segundo para o terceiro contingente brasileiro, que mantém 1.200 homens no Haiti. 150 homens integram uma companhia de engenharia e estão encarregados de realizar obras de infra-estrutura. Até o próximo dia 24 a ONU deve votar uma resolução que pode prorrogar por mais um ano a presença das tropas brasileiras no Caribe. (Folha de S. Paulo – Mundo – 15/06/05; Folha de S. Paulo – Mundo – 16/06/05; O Estado de S. Paulo – Internacional – 17/06/05; O Globo – O Mundo – 16/06/05).

Manifestações marcam insatisfação dos militares com situação salarial

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, a comemoração dos 140 anos da batalha naval do Riachuelo, que comemora uma importante vitória brasileira na guerra contra o Paraguai e constitui a principal solenidade da Marinha, foi palco de uma marcante manifestação pelo reajuste salarial e reaparelhamento das Forças Armadas. O comandante da Marinha, almirante Roberto de Guimarães Carvalho, durante o discurso da ordem do dia e depois em entrevista, enfatizou “a urgente recuperação do poder aquisitivo da remuneração dos militares, (...) a melhora dos patamares financeiros dos orçamentos da Força, sem postergação dos atendimentos aos problemas emergenciais (...) e o início de um programa de reaparelhamento de médio e longo prazo”. O jornal *O Estado de S. Paulo* informou que, na opinião do comandante da Marinha, a maior preocupação é a possibilidade de que as manifestações ocorridas nas ruas do País se reflitam nos quartéis, referindo-se aos protestos das mulheres dos militares que do lado de fora da solenidade gritavam palavras de ordem exigindo o reajuste salarial e exibiam faixas com mensagem de protestos. Nas palavras de Carvalho, “Nós estamos contendo a tropa. Há uma insatisfação e existe um pleito, que é justo e reconhecido pelo próprio presidente da República”. De acordo com a *Folha*, o Presidente Lula não compareceu à solenidade, mas enviou, através do vice-presidente e Ministro da Defesa, José Alencar, uma mensagem reiterando o compromisso do governo em reajustar o soldo e reaparelhar as Forças Armadas, principalmente a Marinha. De acordo com o jornal *O Globo*, Alencar mostrou-se otimista em seu discurso, afirmando que acredita e luta pela reivindicação dos militares. O *Estado* informou ainda que o Presidente Lula, preocupado com a insatisfação dentro e fora dos quartéis, reuniu-se com José Alencar, o Ministro do Planejamento Paulo Bernardo e o Ministro da Fazenda (interino) Murilo Portugal para estudar a possibilidade de concessão do reajuste aos militares. Entretanto, novamente não se conseguiu traçar uma solução para o problema. (*Folha de S. Paulo* – Brasil – 11/06/05; *Jornal do Brasil* – Brasil – 11/06/05; *O Estado de S. Paulo* – Nacional – 11/06/05; *O Globo* – O País – 11/06/05).

Após 15 anos, Sivam deverá ser concluído

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, o Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam) – está prestes a ser concluído. Em pouco mais de um ano, em julho de 2006, o Sivam deverá estar pronto, visto que o último dos radares entre os 25 previstos já estará instalado e o Centro de Coordenação Geral de Brasília também estará concluído. Segundo a *Folha*, o Sivam é o coletor de dados do Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam), cuja função é avaliar conhecimentos a fim de nortear as políticas públicas em uma área de 5,2 milhões de quilômetros quadrados, equivalentes a 60% do território brasileiro. O Sivam também possui grande relevância para o controle do tráfego aéreo e Defesa aeroespacial do país, especialmente no que se refere à detecção do tráfego aéreo desconhecido sobre a região amazônica, grande parte do qual é ilícito por servir ao tráfico de drogas e contrabando de armas. Todas as informações da Defesa aérea provenientes do Sivam são integradas ao Comando de Defesa Aeroespacial Brasileiro (Comdabra),

órgão encarregado da Defesa militar do espaço aéreo com o uso de radares, aviões-radares e caças de interceptação. Após sua conclusão, a rede Sivam se chamará Cindacta 4, completando o Centro de Controle de Defesa Aérea e Controle do Tráfego Aéreo – o Cindacta - sistema de controle criado a partir da década de 1970, que se expandiu progressivamente para cobrir as regiões Sudeste, Centro-Oeste, Sul, Nordeste e agora Norte. A área Norte do país coberta pelo Sivam possui atualmente 14 aeronaves AT-27 Tucano para interceptar vôos ilícitos, segundo o tenente-coronel Gilson Caputo, comandante do 2º Esquadrão do 3º Grupo de Aviação, baseado na cidade de Porto Velho (Rondônia). No entanto, até o final deste ano, o esquadrão deverá receber aviões os cinco primeiros A-29 Super Tucano, considerados mais capazes, projetados para combates leves. A *Folha* ainda informou que, apesar dos bons frutos que deu à Defesa aérea, o Sivam enfrentou muitas controvérsias, principalmente na área de proteção ambiental. (Folha de S. Paulo – Brasil – 13/06/05).

EUA pressionam G-4 a adiar proposta de ampliação do CS e sugere nova reforma
De acordo com *O Estado de S. Paulo*, os Estados Unidos (EUA) pressionaram o G-4, como é conhecido o grupo formado pelo Brasil, Alemanha, Índia e Japão, para que adiem a apresentação da proposta de ampliação do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU). Segundo o jornal, os americanos preferem que a apresentação ocorra quando houver mais consenso entre os países sobre como deve ocorrer a reforma. Segundo uma fonte do órgão diplomático brasileiro (Itamaraty), tal posição deve ser encarada como algo positivo, pois indica que os EUA concordam que o CS precisa ser reformulado nos moldes defendidos pelo G-4, que propõe a ampliação dos 15 membros atuais para 25, com seis novos postos permanentes destinados aos países do G-4 e a dois países africanos. Entretanto, conforme declarou o Itamaraty, o governo brasileiro considera insuficiente a defesa feita pelos americanos de ampliar o CS para apenas mais dois membros. (Folha de S. Paulo – Brasil – 17/06/05; Jornal do Brasil – Internacional – 17/06/05; O Estado de S. Paulo – Nacional – 14/06/06; O Estado de S. Paulo – Nacional – 17/06/05; O Globo – O Mundo – 17/06/05).

Corrupção nos Correios I: Militar reformado afirma ter informações comprometedoras contra Jefferson

Segundo *O Globo*, o militar reformado da Marinha, Arlindo Molina, acusado de estar envolvido na gravação da fita que revela um esquema de corrupção nos Correios, afirmou ter informações comprometedoras contra o deputado Roberto Jefferson. De acordo com o jornal, Molina teria ficado revoltado após a declaração de Jefferson de que fora vítima de uma tentativa de chantagem. Molina afirma que apenas tentou avisar o deputado sobre a fita. (O Globo – O País – 14/06/05).

Corrupção nos Correios II: Depoimento reforça interesse da Abin no caso

O jornal *O Globo* publicou que o depoimento do ex-agente do Serviço Nacional de Informações (SNI) José Santos Fortuna à Polícia Federal reforçou a suspeita sobre o

envolvimento de agentes da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) nas gravações do caso de corrupção nos Correios. Fortuna afirmou que esteve mantendo contado com Edgar Lange, agente do Departamento de Operações da Abin. O procurador da República Bruno Acioli irá requisitar, pela segunda vez, os relatórios da Abin sobre o caso dos Correios, informou o jornal. De acordo com o *Jornal do Brasil*, a Abin poderá afastar mais de 30 funcionários da Polícia Militar do Distrito Federal, suspeitos de envolvimento em um complô interno para desestabilizar o governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Segundo o jornal, o órgão investiga vários policiais, entre eles o cabo da Polícia Militar Jairo Martins, que trabalhou na Abin entre 1993 e 2001 e seria um dos principais envolvidos na filmagem da propina nos Correios. (*Jornal do Brasil – Brasil – 14/06/06; O Globo – O País – 14/06/06*).

Queda da Lei de Anistia na Argentina suscita discussões sobre o caso brasileiro

A possibilidade de julgar crimes cometidos durante a ditadura militar na Argentina, criada após a recente revogação da Lei da Anistia, gerou no Brasil um debate acerca da viabilidade de se seguir o exemplo argentino. O cientista político Luiz Alberto Moniz Bandeira declarou à *Folha de S. Paulo* que a anistia funciona no Brasil como uma espécie de pacificação e que, portanto, seria arriscado derrubá-la. Ele defende que as diferenças entre os dois regimes, o brasileiro e o argentino, justifica o tratamento diferenciado dado em cada um dos casos. O historiador da Universidade Federal de São Carlos Marco Antônio Villa considera que o julgamento de crimes ocorridos durante a ditadura militar não traria qualquer desestabilização do Estado democrático e atribui a manutenção da anistia ao “conservadorismo dos presidentes brasileiros”. Segundo o jornal, Carlos Fico, que produziu estudos sobre o golpe militar no Brasil, acredita que a Lei de Anistia será questionada no momento em que forem encontradas provas de delitos do período. O historiador Antônio Rago Filho, da Pontifícia Universidade Católica, acredita que a diferença na brutalidade dos regimes não é suficiente para determinar um tratamento diferente, já que alguns crimes, como a tortura, são qualificados como crimes de lesa-humanidade. (*Folha de S. Paulo – Mundo – 15/06/05*).

Ministério da Defesa faz acordo para melhora na educação

Conforme noticiou o jornal *O Estado de S. Paulo*, a Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino assinou com o Ministério da Defesa um acordo que visa o melhoramento do acesso à educação para os militares, tanto da ativa como da reserva, seus dependentes e funcionários civis dos ministérios militares. Estes poderão ter descontos de 10% a 15% em mensalidades escolares de instituições particulares, tanto no ensino básico quanto no ensino superior. Para isso, a escola selecionada também deve ter aderido ao acordo. Atualmente há 42 mil escolas associadas, sendo 2 mil de ensino superior. Segundo o Ministério da Defesa, cerca de 100 estabelecimentos de 40 cidades brasileiras estarão oferecendo os descontos no segundo semestre desse ano. (*O Estado de S. Paulo – Vida – 16/06/05*).

Sentinelas terão que depor sobre morte de segundo-tenente

O relações-públicas do Comando Militar do Leste (CML), coronel Fernando Lemos, disse que a morte do segundo-tenente provisório do Exército, Jonny Fortunato Volotão, será analisada por um inquérito policial-militar, que ouvirá os sentinelas que viram o carro do Volotão tentando sair da Fortaleza São João. Segundo os relatos, o carro teria dado marcha ré após ter sido abordado. As hipóteses de tentativa de seqüestro e de uma entrada despercebida do criminoso no quartel não foram descartadas. De acordo com o coronel Lemos, o monitoramento de toda a área é muito rígido. Ele disse que para a entrada de alguém só é possível após identificação para os sentinelas. (O Globo - Rio - 16/06/05).

SITES DE REFERÊNCIA:

Folha de S. Paulo – www.folha.com.br

Jornal do Brasil – www.jb.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estado.com.br

O Globo – www.oglobo.com.br

*Informamos que as colunas opinativas da *Folha de S. Paulo* e o conteúdo integral de *O Estado de S. Paulo* não estão mais disponíveis gratuitamente na versão *on line*. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a observatorio@franca.unesp.br

O *Informe Brasil*** é uma produção do ***Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES)*** do Centro de Estudos Latino-Americanos (CELA) da Universidade Estadual Paulista (UNESP), coordenado pelo Prof. Dr. Héctor Luis Saint-Pierre. É redigido por Adele Godoy (bolsista PIBIC/CNPq), Alexandre K. Yasui Matsuyama, Ana Cláudia Jaquetto Pereira (bolsista FAPESP), Carla Rubacow, Guilherme Miranda, Juliana Bigatão, Liliam Ane Cavalhieri da Cruz, (graduandos em Relações Internacionais), sob a responsabilidade de Érica Winand (Pós-Graduanda em História/ bolsista CAPES). As informações aqui reproduzidas são de inteira propriedade dos jornais.